

Câmara Municipal de Porto Alegre

Camarapoa / Imprensa / Notícias

Sessões Plenárias
Votações
Processos On-line
Comissões
Vereadores
Agenda
Imprensa
Setores da Casa
Links e Serviços
Contas Públicas
Licitações/Pregão
Legislação
Concursos
Webmail

18/11/2013

Foto: Ederson Nunes



Audiência foi presidida por Vendruscolo

Foto: Ederson Nunes



Plenário recebeu grande número de ciclistas

Audiência Pública

Prefeitura é criticada por não debater Plano Cicloviário

Na noite desta segunda-feira (18/11), a Câmara Municipal de Porto Alegre realizou audiência pública para discutir o [projeto de lei complementar do Executivo 010/2013](#) que cria o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário (FMASC). Solicitada pelas associações da Mobilidade Urbana em Bicicleta (Mobicidade) e dos Ciclistas de Porto Alegre (ACPA), a reunião foi presidida pelo vice-presidente da Casa, Bernardino Vendruscolo (PROS).

A prefeitura não enviou representantes para explicar a proposta que altera a Lei Complementar nº 626, de 2009, que instituiu o Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI). O projeto encaminhado ao Legislativo retira da lei a exigência de investir 20% da arrecadação com multas de trânsito na construção de ciclovias e em campanhas educativas para o trânsito na Capital.

Falando pela Mobicidade, Lívia Araújo mostrou trecho de vídeo no qual o secretário Cezar Busatto promete cumprir o que manda a lei. "É mais uma promessa não cumprida pela prefeitura, que depois ainda entrou na Justiça dizendo que a medida era inconstitucional, mas perdeu". Ela lembrou que o PDCI também manda investir o dinheiro das multas em campanhas educativas. "Ou seja, sem fazer isso, podemos dizer que a prefeitura está sendo cúmplice das mortes de ciclistas em Porto Alegre, como o caso do garoto Davi, que foi atropelado na ciclovia da Restinga", afirmou.

O presidente da ACPA, Pablo Weiss, reclamou do número de vereadores presentes. "Em contraponto, há uma grande quantidade de ciclistas. O que me deixa frustrado, porque nosso objetivo era discutir o projeto com os parlamentares que irão votá-lo mais adiante." Weiss ressaltou, ainda, que a entidade sugeriu a realização de campanhas educativas em veículos de comunicação de massa. "A prefeitura alegou que não tinha recursos. Quando falamos na lei dos 20%, o secretário Busatto demonstrou desconhecimento, e o presidente da EPTC, Vanderlei Cappellari, disse que essa lei não vale."

Representante do Laboratório de Políticas Públicas e Sociais (Lappus), Beto Flach mostrou fotos de ciclovias construídas no lado esquerdo das vias, o que está em desacordo com o PDCI. "Depois de tantos descumprimentos, será que é surpresa a prefeitura enviar um projeto revogando a lei dos 20%? Nosso recado é simples: não mitilem o Plano Cicloviário."

Marcelo Kalil, do blog Vá de Bici, reforçou o coro contra o Executivo. "Em uma das poucas ferramentas que temos para debater vemos que são poucos os vereadores presentes e que não há nenhum representante da prefeitura. Estamos cansados de retrocesso. Peço que não aprovelem este projeto. Se tivermos mais protestos depois, não fiquem surpresos."

Já Gonzalo Durán, do movimento de pedestres Porto a Pé, questionou: "Não temos que ter um representante do Executivo para explicar alguma mudança na lei? O Legislativo vai cobrar isso da prefeitura? O único representante da prefeitura aqui é a Guarda Municipal"

Mês Ar

Busca no Site



- Agosto, 2014						
« < Hoje > »						
Do	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						
Selecione uma data						
mapa do site						

contatos

Av. Loureiro da Silva, 255
- PoA - RS
CEP: 90013-901
 (51) 3220.4100
 E-mail

